

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.538 - RS (2019/0127103-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO : ANDRÉ CARLO FORTUNA RIGON - RS061805
AGRAVADO : LUIZ PAULO RODRIGUES FARIAS
ADVOGADOS : LUCIO LAUSER MORAES - RS058719
MARIA CRISTINA ZANETTI HORTA - RS059508
ARTUR IRIGOYEN PERICÃO SEIXAS JÚNIOR - RS103259

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ.

1. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
2. Agravo não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): *i*) ausência de violação do art. 1022 do CPC; *ii*) aplicação das Súmulas 211/STJ e 284/STF; *iii*) incidência da Súmula 283/STF; *iv*) necessidade de reexame de contexto fático-probatório (Súmula 7/STJ); *v*) aplicação da Súmula 13/STJ e ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial alegado.

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, a par de sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: *i*) aplicação das Súmulas 211/STJ e 284/STF; *ii*) incidência da Súmula 283/STF; *iii*) necessidade de reexame

de contexto fático-probatório (Súmula 7/STJ); iv) aplicação da Súmula 13/STJ e ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial alegado.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora